



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Política Social, Seguridade e Proteção Social

Uma reflexão preliminar: políticas sociais, política e poder

Sidelmar Alves da Silva Kunz¹
André Luiz de Souza Filgueira Correio²
Josiene Camelo Ferreira Antunes³
Daniela Kedna Ferreira Lima⁴

Resumo

A temática desperta para uma discussão sobre as relações da políticas sociais, política e poder que fomenta as desigualdades sociais. O artigo evidencia o enlace da hegemonia política acerca dos trabalhadores assalariados, é nessa teia que surgem os enfrentamentos das questões sociais onde o assistente social está inserido. O objetivo deste trabalho focaliza à reflexão de políticas sociais, poder e política. A metodologia utilizada ancora-se nas análises da pesquisa bibliográfica e documental. As considerações apontam para o desenvolvimento da formação do pensamento político brasileiro que está atrelado a uma disputa de interesses que perpassam no meio social de um Estado.

Palavras-chave: Políticas; Políticas Sociais; Poder.

Abstract:

The theme awakens to a discussion on the relations of social policies, politics and power that fosters social inequalities. The article highlights the link between political hegemony over salaried workers, it is in this web that the confrontations of social issues arise in which the social worker is inserted. The objective of this work focuses on the reflection of social policies, power and politics. The methodology used is anchored in the analysis of bibliographic and documental research. The considerations point to the development of the formation of Brazilian political thought that is linked to a dispute of interests that permeate the social environment of a State.

Keywords: Politics; Social politics; Power

¹ Pesquisador, efetivo INEP (pesquisador) Doutor em Educação, e sidel.gea@gmail.com

² Historiador, professor adjunto da licenciatura de história, professor doutor e professor adjunto da licenciatura de história

³ Assistente Social, UNB (pesquisadora), doutoranda em Serviço Social.

⁴ Assistente Social, CREAS São Luís de Montes Belos, mestranda em Serviço Social



1. Introdução

O debate acerca de políticas sociais, política e poder no Brasil se encontra em evidência nesse momento de desmontes e retrocessos de direitos, desencadeado por acentuadas desigualdades sociais que traduzem a utopia da sociedade brasileira. Por tal motivo, convém tecer esta discussão a respeito dos alicerces que constituem a gênese do pensamento político brasileiro. A fim de cumprir com esse intento, o trabalho está dividido em duas seções.

A primeira seção, “ Política Social e Estado”, abordam sobre a política social enlaçada com o serviço social imbricados nas relações do capitalismo monopolista, ou seja, a dominação do estado sobre a classe trabalhadora. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho.

A segunda seção, “Da política ao poder: considerações preliminares”, versa sobre três conceitos nucleares para os estudos da formação do pensamento político nacional: política, poder e teoria política. Para entender o que é política, é explorada noções gerais sobre a mesma e como ela opera na vida social, organizando o cotidiano, promovendo continuidades e rupturas na vida do sujeito. Para isso, recupera-se sua origem, cunhada pela tradição de pensamento ocidental. Na sequência, é tematizado os lugares de sua atuação. Outro aspecto abordado são as características da política. Por fim, dialoga-se com a concepção de política elaborada pela teoria política contemporânea judia alemã, naturalizada norte-americana em oposição ao nazismo, Hannah Arendt (2002). Na sequência, é explorada a distinção entre política e poder a partir da explicação do que é o poder. Como ele é exercido entre os indivíduos. Além da reflexão de quem são os atores sociais que o detêm, bem como de suas motivações. Para finalizar, a palavra é facultada ao filósofo francês Michel Foucault, que traz contribuições a respeito da categoria poder. A teoria política é explorada a fim de examinar a esfera na qual brotam as reflexões sobre política e poder. Esse é o objetivo do espaço cedido ao conceito de teoria política. Conceituar teoria política e entendê-la como solo fecundo dedicado à análise dos estudos do poder, experimentado pelo campo intelectual, é o que se propõe à tematização dessa abordagem.

2. Política Social e Estado

O campo da profissão do Serviço Social está entrelaçado com a Política Social, a reflexão trouxe à luz as contradições marcadas pela realidade social. De acordo com Netto (2008), no prelúdio do século XX sucede o movimento para profissionalização do Serviço



Social com o fortalecimento do capitalismo monopolista em que ocasião o Estado, apreendido pela classe dominante, se encontra forçado ceder as estratégias de enfrentamento às questões sociais e dominar as tensões. As políticas sociais com o ocorrido são efetivadas. No processo das relações do capitalismo monopolista, o Estado interpondo nos âmbitos políticos, econômicos e sociais, por conseguinte, seu bojo de legitimação têm que ultrapassar a classe dominante. Nesse sentido: A cumprir no campo preciso do esquema econômico o papel do 'comitê executivo' da classe média monopolista, o Governo deve legitimar-se politicamente incluindo outrem protagonistas sociopolíticos. (NETTO, p. 230, 1992).

Ocorrendo um contratempo enfrentar as demandas da luta e dos movimentos sociais organizados. Nesse sentido, o serviço social terá como alvo as consequências da relação entre capital e trabalho, que se reflete na expressão material da vida da classe dominante.

Na mediação profissional do assistente social, o panorama da subsistência das condições de vida capitalista recusa não é omissa, sequer inclusive na atualidade. Não obstante, diversos trabalhadores se deslocaram e objetivaram abarcar distintas referências e discussões na profissão, norteando para a conduta profissional cotidiana a perspectiva de divergentes possibilidades. À face do exposto, Yazbek (2009) afirma, esse método singular pôde se implementar no procedimento de elaboração concreta da mediação profissional, pois, a presença entretanto ao aparecimento irremediável do paradoxo, de acordo por este "procedimento" que concede a multiplicação da acumulação, inclusive é permissível oportunizar ao trabalhador condições materiais de vida essenciais à buscante premissas de vida sem poderio.

Netto (2008) elucida, carece apontar e depreender a formação e a intervenção do assistente social na atualidade, fundamenta que as conversões nas profissões conduzem-se tanto das alternâncias societárias, em relação aos seus rebatimentos na separação sociotécnica do trabalho, quanto aos relevantes teórico, prático e político peculiares de cada profissão. Em consonância com o autor, esses relevantes contêm multiplicidades políticas e teóricas, visto que, as profissões recusam-se a fundamentarem em alianças homogêneas, no entanto por pressões, controvérsias e enfrentamentos internos.

Sader (2010), evidencia que as políticas sociais concretizam um regime de proteção social. O referido sistema manifestou-se em solo brasileiro limitado ao universo formal do trabalho. Em face ao exposto, o terreno não contributivo da seguridade que careceriam conceder a população distante do mercado de trabalho e em elevação situação de miséria, mantém -se à disposição do clero e da sociedade, esse fato corrobora para efetuação de condutas de atos repressivos, discriminatórias e preconceituosas.

A façanha social da Igreja Católica e da classe dominante exprime a probabilidade de compreensão e manipulação dessas classes, o que é precioso para o Estado, ou seja,



amplia a intervenção do comportamento caritativo e seus métodos de implementação. Esse caminho passou a interessar aos países capitalistas brasileiros. Na década de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, o Brasil tornou-se um Estado-nação e passou a intervir na expressão das questões sociais de uma forma mista de protecionismo, paternalismo e despotismo. Equivalente a essas características, é irrefutável o nível de direitos sociais e políticas sociais alcançados pelo governo Vargas no decorrer de sua gestão.

No contexto dessa progressiva conquista de direitos sociais, deve-se considerar a importância do movimento sindical: segundo Iamamoto e Carvalho (2005), a organização do movimento sindical é a própria exploração excessiva. E começou a lutar por condições de sobrevivência. Esses autores apontaram como essa luta venceu a resistência da sociedade burguesa, os valores econômicos e morais da sociedade burguesa foram ameaçados, e tentaram controlar a mobilização dos trabalhadores por meio de legislação. Na verdade, acontece que, no Brasil, as questões sociais receberam atenção pela primeira vez nas políticas sociais e passaram a ser alvo de intervenção do Estado.

Segundo Saes (2001), quando avalia-se em iniciar a implementar uma política social neste país, isso traz outro fator importante a considerar. Para o autor, são fruto da falta de apoio da classe dominante ao governo Getúlio Vargas. Sem o apoio da classe dominante rural e o apoio vacilante da burguesia industrial, o governo precisava se firmar entre as classes dominadas. Portanto, conforme Saes (2001), a política de Vargas se caracteriza por atender a algumas das exigências da classe governada e enfraquecer a organização dos trabalhadores.

É precisamente nesta situação que a implementação da política social - como resposta à organização da classe dominante, é a necessidade de manutenção do poder do Estado e a indispensabilidade de manutenção da acumulação capitalista. A sua principal característica é a proteção do trabalho social mundial. Baseia-se nos interesses nacionais do Brasil, a fundação se baseia na doutrina social católica, e se desenvolve como uma profissão em benefício do capital. Para Yazbek, "As diretrizes de pensamento e ação propostas nos serviços sociais brasileiros derivam das doutrinas sociais da Igreja, da ideologia da ação social em franco-belga e do pensamento de Santo Tomás de Aquino (século XII), o neotomismo e o tomismo" (YAZBEK, p. 131, 2009).

Conforme Sposati e Raichelis (1983), os assistentes sociais desassociaram as doutrinas sociais e os interesses nacionais da Igreja Católica para intervir nas classes dominadas em busca da coesão social e "acreditar" na possibilidade e na necessidade de harmonia entre as classes. Os católicos, "[...] não se identificam com o comunismo nem com o liberalismo, nem questionam o modo de produção capitalista, e se propõem a alcançar a humanidade através da cooperação entre classes em conflito."



De acordo com Netto (1992), deveras, a criação da profissionalização do serviço social é amparada nos ideários da doutrina social da igreja católica, é imprescindível a clareza que o Serviço Social tem sua criação e seu desdobramento grifado pela autarquia monopólica e no ensejo em que a questão social estabelece no cenário político e econômico.

As políticas sociais se estabelecem em um ambiente para a solidificação da profissão e o profissional do serviço social se introduz no mercado de trabalho, neste entretanto como empregado assalariado com a incumbência de implementar políticas sociais direcionadas a anuência das expressões das questões sociais hegemonicamente uma policultura do governo.

Nesse sentido, dialeticamente hegemonia e trabalhadores estão conectados pela política no encadeamento entre Sociedade Civil e Estado. Os profissionais assalariados são classificados como categorias dominadas e expostas à exploração política, econômica e social. A relação sócio-política prevalece os interesses do poder econômico e automaticamente a definição política. Corroborando com essa afirmativa, sujeito e grupo de assalariados não são debatidos desacompanhados da totalidade da sociedade (ALMEIDA, p. 35, 1990).

Para Weber (2003), o poder político através das leis e do monopólio da força em relação ao estado gera a dominação, resulta na união do poder com a legitimidade desse poder e essa legitimidade são os motivos para obedecer esse poder que está sendo exercido. Logo, esse poder mais essa legitimidade para Weber gera uma dominação. E essa dominação se classifica em três:

1 - Poder tradicional: algo que já está posto, você nasceu e tem que obedecer seus genitores;

2- Dominação carismática: tem a ver com laços afetivos, com aproximação a esse líder carismático, e esse líder pode usar tanto com discurso, tanto com uma demagogia e tem a ver com herói. E essa aproximação, identificação é que legitima esse poder e a obediência que as pessoas têm sob esse poder;

3 – Dominação racional legal ou dominação burocrática, burocrática porque está ligado as leis, ou seja, obediência às leis, à legislação, ao judiciário e está posto que todos são iguais perante a lei.

Para Weber (2003), há interesses por trás dessas obediências para ficar a favor desse poder e dessa liderança, uma é a retribuição material como recompensa como forma de salário, a outra é o prestígio social como ser reconhecido por esse líder.

Contudo, Weber elucida que "um Estado é uma comunidade humana que se atribui (com êxito) o monopólio legítimo da violência física, nos limites de um território definido.



"Essa se constitui na dominação exercida pelo moderno servidor do Estado e por todos os detentores do poder a ele assemelhados" (WEBER, 2003, p. 12 -11).

3. Da Política ao Poder: Considerações Preliminares

Em nossos dias é comum a rejeição do sujeito aos assuntos ligados à esfera pública, independente da classe social, da etnia, da língua, da cultura e do lugar. Essa rejeição nasce do descrédito pela política. O indivíduo entende que ela não dá suporte na resolução de seus problemas práticos. Por exemplo, aqueles ligados ao acesso e permanência à saúde, emprego, renda, educação e bem estar são objeto, ou pelo menos deveriam ser, da política. Tomando como ponto de partida esse desencanto, uma pergunta se impõe: afinal o que é política?

Para respondê-la, a palavra será franqueada ao historiador, filósofo e escritor Norberto Bobbio (1998). Ele ensina que a política se refere à cidade. Política diz respeito a tudo que é urbano. Isso porque a história do termo remonta à Grécia clássica. As pessoas se reuniram na praça pública para tratar de assuntos coletivos. Por isso, a política, em sua etimologia, está ligada à cidade, à polis, ou à urbes, como diriam os romanos.

O histórico do termo ganhou destaque com o filósofo grego Aristóteles, por meio da obra *Política*. Com esse livro houve a difusão do conceito. Isso porque trata-se do primeiro tratado dedicado ao Estado, à ciência do governo. Um Estado que age em prol da cidade. Nela o autor explica as formas de governo e o devir da política: o bem comum. Isso porque a política é entendida como ação. E como a ação política é um desdobramento da ética, que tem como finalidade o bem e não o mal, o fim perseguido por essa ação é o bem comum. Portanto, o bem comum é o objeto perseguido pelos sujeitos vistos como cidadãos da praça pública ateniense.

Eram entendidos como cidadãos no contexto ateniense: homens adultos, naturais da cidade, proprietários de terras e de escravos. Os demais, mulheres, crianças, idosos, escravos e estrangeiros não eram vistos como cidadãos. Os homens cidadãos eram aptos ao exercício da cidadania, integrados ao corpo coletivo dedicado à tomada de decisões da polis.

Com Aristóteles aprendemos que a política está comprometida com as atividades humanas. Atividades que dizem respeito às coisas do Estado, às coisas da cidade. Traduzindo para o nosso cotidiano, as atividades humanas movidas pelo Estado são: o acesso à alimentação, ao lazer, às determinações do Estado e às responsabilidades por essas escolhas também. Portanto, a política trata de tudo aquilo que é comum e das ações direcionadas para pôr em prática aquilo que foi designado como comum. Como dito acima, a



política diz respeito não só às ações coletivas, mas aborda também as responsabilidades por elas.

A fim de ilustrar a questão da política como manifestação das responsabilidades, toma-se como exemplo o modelo político ocidental em vigor, a democracia representativa. Se ocorrer enquanto cidadãos escolhemos mal nossos gestores públicos, teremos, enquanto coletividade, que assumir as consequências de nossas ações, quaisquer que sejam, desencadeadas pelas escolhas erradas. Mesmo mirando o bem comum, pode ocorrer de agirmos mal, de, por algum motivo (histórico, estrutural, carência de instrução, alienação, desencanto, má fé, entre outros), escolhemos de maneira incorreta. Isso é comum no âmbito democrático, pautado na deliberação da vontade geral. Isso é a responsabilização coletiva pelas consequências políticas de nossas ações.

O tema da responsabilidade como alicerce da política é trazido para falar de ética. Ética diz respeito ao bem. Toda ação ética, como dito acima, mira o bem. E toda ação política, embasada na ética, também mira o bem. Ao passo que, toda ação anti-política, contrária à ética, mira o mal. Isso porque diverge da finalidade da ética e da política, que é o bem. Agir bem, mesmo quando erramos, mesmo quando se escolhe mal, tanto no campo da ética quanto no campo da política, é se responsabilizar pelas escolhas feitas.

Dito isso, outro olhar é dispensado para a política. Quem o lança é a pensadora Hannah Arendt (2002), naturalizada norte-americana como resistência ao regime nazista. Diante da catástrofe contemporânea na primeira metade do século XX - assinalada pelas duas guerras mundiais, que fizeram com que ela abandonasse a Alemanha e se refugiasse nos Estados Unidos da América - dedicou as últimas décadas de sua vida ao pensamento do fenômeno da política. Para isso, recuou à história do pensamento ocidental a fim de entender o caos do espaço público na atualidade que gerou tal catástrofe, marcado pela diluição das fronteiras entre as esferas coletiva e privada. Posto que vivemos em um momento no qual o que é privado passa a ser público. E o que é público passa a ser privado.

A fim de vislumbrar outras experiências diferentes daquelas que marcaram o início do século passado (século XX), e assim reabilitar o sentido da política, a teórica fez uma viagem pelo tempo e desembarcou na Antiguidade Clássica. E lá compreendeu que a política é pluralidade. Política é a convivência com os diferentes. Seu sentido repousa na liberdade. Liberdade de ser visto, de ver o outro, de ser ouvido, de ouvir o outro e de geração de vínculo com a coisa pública.

Pensando ainda na experiência da polis grega assim como Aristóteles, a autora concluiu que o lugar no qual a política acontece é a esfera pública, espacialidade onde se desenvolve os negócios humanos. Localidade na qual os homens se inscrevem com palavras e atos no mundo. Uma inscrição que sela o segundo nascimento do indivíduo. Um



nascimento marcado pela compreensão mútua e pela persuasão. Segundo Arendt (2002), essas características sublinham o segundo nascimento humano: o nascimento na vida pública e para a vida pública.

Diante de um tempo marcado pelo declínio da vida em coletividade, pela recusa à apreciação a esse segundo nascimento, pela decadência de tudo aquilo que diz respeito à pluralidade, no qual as pessoas optam, sem nenhum constrangimento, pelo empenho às atividades do *oikos* (expressão grega que significa tudo aquilo que é proveniente da casa, da família e da propriedade), e abdicam dos lugares públicos, pautas e decisões coletivas, uma pergunta se impõe: qual é o sentido da política? Nas palavras de Arendt (2002), o sentido da política é a liberdade. Liberdade de inserção na esfera pública. Liberdade de ser visto e de ver os outros. Liberdade de participação. Liberdade de fala e de escuta. De acordo com a autora, esse é o sentido da política que carece de reabilitação em nossos dias.

Em face do exposto, que versou sobre a rejeição à política. Esse é um assunto complexo e polêmico, que não queremos esgotá-lo aqui, devido à diversidade de leituras a respeito. Mas recuamos para indicar que o despreço à política carrega duas marcas: a primeira, de acordo com Hannah Arendt, é histórica. O preconceito contra a política oculta fragmentos do passado. Pensando nisso, basta observarmos, no Brasil, o tratamento conferido pelas instituições políticas aos mais desvalidos no que tange ao acesso à cidadania (direitos civis, políticos e sociais). Nota-se, pelo recuo ao passado, um severo déficit de cidadania acumulado. Por isso o indivíduo comum rejeita a política porque ela também o rejeita.

Por mais paradoxal que seja, a segunda marca versa sobre o preconceito contra a política como expressão da ação política. Uma ação de natureza contra política, que gera consequências não só para quem é emissário dela, mas para todo o corpo social que se move em benefício da política. Ambos estão subordinados a tal desencanto. Isso porque o coro dos descontentes é maioria. Uma maioria direcionada por uma minoria, composta por aqueles que são estão vinculados à política, que, arditamente, não só se beneficiam dos desencantos do coletivo, como também os insuflam. As vozes bem intencionadas, pautadas na ética, são uma parcela limitada. Essa é uma realidade que necessita ser enfrentada para que se possa restaurar o gosto pela socialização com os assuntos coletivos.

Após tecer algumas considerações sobre a política, vamos à reflexão do conceito que anda de mãos dadas com ele e que por isso é confundido com a política, trata-se do poder. Vimos que a política diz respeito à ação humana, desenvolvida na cidade, voltada para o coletivo. O poder é o caminho escolhido para a realização do fim ético almejado pela política, que é o bem comum. Dito de outra maneira, o poder é o meio para concretização da política.



Para ficar nítido o que foi dito acima, vamos a um exemplo. Suponhamos que um coletivo de moradores deseja construir uma praça recreativa em um terreno público, próximo de um conjunto de casas populares, localizado em uma modesta cidade. São as relações de poder com a prefeitura e a secretaria de obras e infraestrutura que mobilizaram recursos, maquinário e mão de obra para a materialização dessa iniciativa. Essas relações serão acionadas e conduzidas pelo coletivo de moradores, que será beneficiado por essa ação política da prefeitura, via secretaria. Nesse exemplo, observa-se que a política é a ação humana voltada para o bem comum da coletividade pela construção da praça recreativa. E o poder são os meios empregados para conquistar o que se deseja, o diálogo com a prefeitura e com a secretaria de obras e infraestrutura no qual conferiu sua estrutura (recursos, tecnologia e pessoas) para a realização desse desejo coletivo de ter a praça.

Ainda com esse exemplo, observa-se que a ação política é protagonizada pelo sujeito. E pelo poder também, mas com um diferencial. O poder se coloca na dimensão da persuasão e da compreensão mútua citados anteriormente por Arendt (2002). Mas aqui, com uma singularidade: o poder se mostra de modo hierárquico. O poder de um sujeito sobre outro. Ainda em diálogo com o exemplo trazido, quem tem mais poder, muito embora eleito pelo povo (maioria), é o prefeito (minoridade). E depois, a secretaria, subordinada às decisões do gestor público, e, na sequência, o povo.

Com essa descrição, queremos apresentar três formas de expressão do poder. A primeira, pelo viés econômico. O prefeito e a secretaria detém os recursos financeiros necessários para implementação da praça almejada pelo coletivo de moradores. É bom ressaltar que, em muitos outros casos, quando o recurso financeiro é limitado, o gestor público o emprega como dispositivo de controle, moeda de troca, para quem não o possui (o povo) para que as intenções de quem o possui (o prefeito), nunca sejam violadas pela maioria desprovida de renda.

A segunda forma pela qual o poder se apresenta é pelo viés ideológico. São as ideias dos moradores, representadas pelo desejo de construção de uma praça recreativa em um espaço público não utilizado, que fazem o papel persuasivo no gestor público, a ponto deste dispensar recursos, maquinário e mão-de-obra na viabilização desse ideal. Ainda falando de poder, essa concessão pública não é desinteressada. Lançando outra hipótese sobre esse exemplo, pode ocorrer que, ao fazer isso, o prefeito, no próximo pleito, queira uma atenção especial desses moradores, no sentido de apoio, votos, engajamento em sua provável campanha, para se manter na gestão. E isso é o que move sua boa vontade imediata para o atendimento da demanda colocada pelo coletivo de moradores. Com isso, o que se quer dizer é: toda ação humana é interessada. Segundo o filósofo alemão Immanuel Kant (2008), a única ação desinteressada é a das flores. Estas, em sua exuberância e beleza, existem apenas para cumprir a sua finalidade, exalar beleza e odores agradáveis. As



demais ações, sobretudo as humanas, são dotadas de interesse, miram a obtenção de vantagem, benefício, pecúlio, prestígio, reconhecimento, etc.

A terceira, e última, forma de expressão do poder é o político. O prefeito detém não apenas o poder econômico, que é um tipo importante de poder. Mas também a força. Vamos supor que, por algum motivo, o prefeito não pudesse ou se recusasse em receber os representantes dos moradores para diálogo para a construção da tal praça recreativa. E vamos supor ainda que, esses representantes insistissem para serem recebidos ou que, devido à recusa do prefeito, teimassem e construíssem a praça recreativa, os moradores mesmos, em um local público, sem a devida autorização da prefeitura. O destino dos envolvidos e da praça seria trágico. Os primeiros seriam implicados judicialmente. E se houvesse confronto com as autoridades policiais encarregadas da interdição da obra finalizada, pela visita popular ao espaço construído sem a devida liberação estatal, os frequentadores e responsáveis pela construção seriam enquadrados na força policial e no Código Penal em vigor. Com isso, caracteriza-se o poder político, calcado no uso da força frente aos demais segmentos sociais e contextos sociais. Posto que o Estado detém o monopólio da coerção física.

Em face do exposto sobre o poder, podemos sintetizá-lo, de acordo com o teórico Márcio Stoppino (1998), a partir de três características:

1) O poder é um atributo do sujeito ou coletividade aplicado em um indivíduo ou em sociedade. Dito em outras palavras, indivíduos e grupos sociais são, ao mesmo tempo, agentes e objetos do poder;

2) O poder é assimétrico (desigual). Por exemplo: pensando na relação entre cidadão e prefeito. O poder que o primeiro detém é inferior frente ao poder que o segundo dispõe;

3) O poder é manifesto em instrumentos e coisas. Como ilustração, é citado o caso da construção da praça recreativa, mediada pela estrutura da prefeitura (homens, máquinas, tecnologia, etc.).

Ainda sobre o que as considerações acerca do poder na sociedade, a concepção de hegemonia em Gramsci no campo das ciências sociais conseguem explicar de forma considerável como funciona a questão das influências políticas e as dominações no campo da ideologia. Gramsci sinaliza que: “ A hegemonia pode criar, também, a subalternidade de outros grupos sociais que não se refere apenas à submissão à força, mas também às ideias (SIMIONATTO, 2011, 49)

A maneira como a classe dominante repassa a sua ideologia e realiza o controle do consenso se dá através de uma rede articulada de instituições culturais, o que Gramsci vai chamar de “aparelhos privados de hegemonia”, incluindo: a escola, a igreja, os jornais, e os meios de comunicação de maneira geral. Esses aparelhos têm por finalidade imprimir nas



classes exploradas a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente (SIMIONATTO, 2011, p. 49).

Nesta trama o poder se estabelece de forma sutil e velada, transvestindo de consenso. Mesmo que não seja eterno. Ainda sob a perspectiva da hegemonia, o Estado, para manter seu poder, não só luta para conquistar o consenso, mas também educa esse consenso (SIMIONATTO, 2011, p. 55).

Após compartilhar algumas noções preliminares sobre poder, oferecemos outra compreensão sobre o assunto. Quem responderá por ela é o filósofo francês Michel Foucault (1979). Vimos acima que o Estado detém o monopólio da coerção física como expressão do poder. Pelo fato do poder ter essa característica, durante muito tempo, acreditou-se que apenas o Estado era o seu expoente. Ou seja, era comum a crença que só o Estado detinha o poder. Na segunda metade do século XX, Foucault revolucionou o pensamento político com a interpretação de que o poder era identificado não só nas instituições políticas (como a prefeitura e câmara dos vereadores), mas também em outras instituições não oficiais, como família, igrejas, escolas e hospitais psiquiátricos. Com isso, o pensador quis dizer que a posse do poder não está limitada ao Estado. Ela ultrapassa o cotidiano estatal e alcança, por exemplo, a família, por meio da hierarquização, do mando, da obediência e das transgressões dos seus integrantes. Tudo isso é poder. Tudo isso testemunha a presença do poder no cotidiano social.

A atenção do autor recaiu na percepção de como o poder, presente em instituições não oficiais, é vivenciado em seu bojo e como isso se relaciona com o poder presente em instituições oficiais. Em outras palavras, o autor buscou entender a proximidade que há entre ambas instituições a partir do poder. O filósofo enxergou o poder como algo intrínseco às relações sociais. O poder está em tudo. O poder se apresenta em todas formas humanas de socialização. Isso ocorre porque é determinado por um sistema de conhecimento, que determina as formas de poder das instituições.

O sistema de conhecimento que determina as formas de poder das instituições, opera por meio de discursos. Ele é capaz de mobilizar as pessoas para que cumpram os desígnios anunciados por seu portador. Os discursos são verdadeiras máquinas de sujeição dos indivíduos. Vejam o caso dos discursos proferidos pelos pais em uma relação pedagógica, os progenitores atuam na subjetividade de sua prole, para o bem ou para o mal, por meio dos discursos. O mesmo ocorre com professores, lideranças religiosas, lideranças políticas e por aí segue a extensa lista de instituições não oficiais e oficiais que reiteram a manutenção do poder pelo uso do discurso.

As formas de mando, obediência, hierarquias e resistências, que são vetores de poder dos discursos, são organizadas ao longo do espaço e do tempo. Para Foucault



4. Considerações Finais

Neste íterim, buscou-se salientar para o desdobramento da criação do pensamento político brasileiro. Para isso, o estudo foi iniciado com a seção “Política Social e Estado”, o qual evidencia a desigualdade social em um processo contraditório político, onde o Estado utiliza o monopólio da força para manter-se no poder.

Buscou-se trazer uma narrativa “Da política ao poder: considerações preliminares”, na qual a política foi conceituada a partir da visita aos teóricos Aristóteles, Norberto Bobbio e Hannah Arendt. Ainda nessa seção abordou-se o poder. Para que o/a leitor/a compreenda a singularidade existente entre política e poder e o lócus de atuação de ambos. Para pensar o poder, autores como Immanuel Kant, Michel Foucault e Márcio Stoppino foram consultados.

O conceito de teoria política também encontrou passagem nesta seção. Clareou-se o que é teoria política e suas especificidades. Para entender o que é essa importante área do saber que deu vida ao desenvolvimento do pensamento político brasileiro, dialogamos com Alessandro D`Entreves.

Assim, espera-se que estes fragmentos possam servir de fagulhas para despertar o entendimento e o interesse em outros pesquisadores no sentido de buscarem conhecimentos que dialoguem com a política, o poder e o que mais ousarem. O importante é compreender estes elementos como constituintes da vida pública e não apenas restrito a uma classe ou ao Estado, porque são essas ideias hegemônicas e ideológicas que mantêm vivas as estruturas invisíveis e que sustentam o domínio social sob as classes subalternas.

Referências

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo. **As práticas do Serviço Social**: afirmação ou superação da subalternidade. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1997.

BOBBIO, Norberto. Verbete política. Bobbio; Matteucci; Pasquino (Orgs.). In: **Dicionário de política**. Tradução Carmen C. e Varriale et al. Brasília: UnB, 1998.



BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denise Bárbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

COLONNELLI, M. V. C. **O lugar da utopia na República de Platão**: o mito da caverna. **Revista Graphos**, v. 19, n. 3, p. 97-110, 28 dez. 2017.

D'ENTREVES, Alessandro Passerin. Verbetes filosofia política. Bobbio; Matteucci; Pasquino (Orgs.). In: **Dicionário de política**. Tradução Carmen C. e Varriale et ai. Brasília: UnB, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Tradução Valério Rohden. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LIMA, Luís Costa. Da existência precária: O sistema intelectual brasileiro. In: **Dispersa demanda**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1981.

MANNHEIM, Karl. **“O problema da intelligentsia”**. In: Sociologia da cultura. Tradução Roberto Gambini. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: A constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In. **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Ed. Acces, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez. 1992.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008

SADER, E. Colônia, monarquia, república: pactos de elite na história brasileira. **Carta Maior**, 15 nov. 2010.

SIMIONATTO, Ivete. **GRAMISC**: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldaiza; RAICHELIS, Raquel. Editorial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 12, p. 5, 1983.

STOPPINO, Márcio. Verbetes poder. Bobbio; Matteucci; Pasquino (Orgs.). In: **Dicionário de política**. Tradução Carmen C. e Varriale et al. Brasília: UnB, 1998.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras**: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço social e pobreza. **Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010.



WEBER, Marx. ***A política como vocação***. Trad. Maurício Tragtenberg, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.